

Mendes Júnior deve ficar para outra comissão

O cheque administrativo comprado pela Construtora Mendes Júnior e depositado na conta do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) está sendo considerado pela CPI do Orçamento a primeira prova de que as grandes empreiteiras remuneravam os "anões" da Comissão de Orçamento do Congresso pelos seus serviços. Descoberto anteontem, o cheque de CR\$ 14,4 milhões, o equivalente a cerca de US\$ 4 mil à época, foi depositado na conta do deputado do PMDB em julho de 1992, o que afasta a possibilidade de qualquer justificativa de que o dinheiro teria sido depositado a título de contribuição para a campanha eleitoral.

"Esse cheque é o primeiro vínculo financeiro que conseguimos estabelecer entre as empreiteiras e os integrantes da comissão de Orçamento", comentou ontem um dos integrantes da subcomissão de bancos da CPI. Apesar da descoberta, o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), disse que ainda não é certa a convocação de dirigentes da Mendes Júnior para prestar depoimento na comissão. Por causa da falta de tempo para ouvir todos os nomes listados pelo relator Roberto Magalhães (PFL-PE), a CPI está examinando a possibilidade de deixar para a CPI das Empreiteiras, que vai ser instalada na Câmara dos Deputados, para ouvir dirigentes das construtoras, sobre as quais não for possível até o dia 17 de janeiro concluir investigações.

Se os dirigentes da Mendes Júnior não forem depor, é praticamente certo também que Cid Carvalho não deverá ser convocado pela segunda vez para dar esclarecimentos sobre o cheque administrativo comprado pela empreiteira e encontrado na sua conta. O deputado Roberto Magalhães anunciou ontem que é contrário à idéia.